

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.466 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2002



Iris Rezende (*segundo à esquerda*)
preside reunião, que teve a presença
de Moroni Torgan (*E*), Magno Malta e
Luiz Eduardo Greenhalgh

Genildo Magela

Propostas aprovadas reforçam combate ao crime organizado

A participação em organização criminosa poderá ser punida com pena de cinco a dez anos de prisão, conforme projeto aprovado na quarta-feira pela Comissão Mista de Segurança Pública. Foram acolhidas também pela comissão propostas que reprimem a lavagem de dinheiro e dificultam a concessão de liberdade condicional a autores de crimes hediondos.

PÁGINAS 4 E 5

Armínio apresenta ao Congresso os números do governo

PÁGINA 3

Flexibilização da CLT pode voltar a comissões

Projeto que flexibiliza a aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho está na pauta do Plenário, em regime de urgência, para votação amanhã. Entretanto, o líder Artur da Távola informou que mensagem do governo deve retirar a urgência, o que provocará seu retorno a comissões.

PÁGINA 3

Comissão do Mercosul discute subsídios a produtores rurais com senadores franceses

Roberto Requião (*ao microfone*)
preside debate com parlamentares
franceses na Comissão do Mercosul

PÁGINA 7



Jane de Araújo

Comissão do centenário de JK se instala amanhã

A comissão mista especial criada para preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do presidente Juscelino Kubitschek realizará sua reunião de instalação amanhã, às 15h.

O centenário do nascimento de JK transcorrerá no dia 12 de setembro de 2002. O Senado pretende programar um ano inteiro de homenagens e solenidades para satisfazer os inúmeros amigos, admiradores e correligionários que Juscelino tem em Brasília, considerada a coroação de sua obra política e administrativa.

Manaus sediará Seminário da Região Norte

O Interlegis promoverá amanhã, em Manaus, o Seminário Regional Interlegis Região Norte, na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. Participarão da conferência políticos da região e funcionários do Senado.

O objetivo do seminário é criar oportunidades para que ocorra a troca de idéias entre legisladores e funcionários que participam do programa de intercâmbio de informações pela Internet. O Interlegis é um programa desenvolvido pelo Congresso Nacional, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para integrar o Poder Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal.

Todas as assembléias legislativas estaduais já têm salas de multiuso equipadas com computadores e salas de videoconferência.

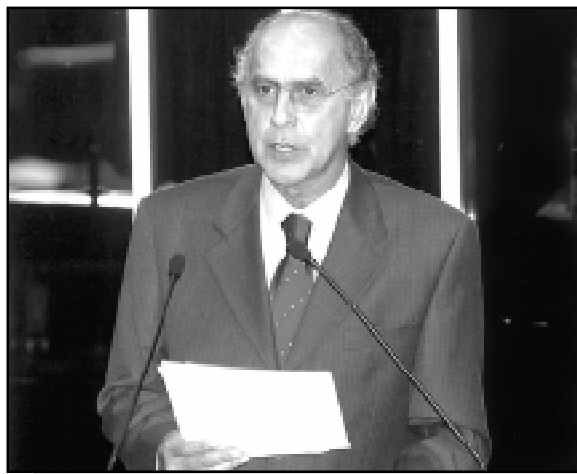
Ministro poderá debater situação das rodovias

Será analisado amanhã requerimento do senador Mauro Miranda que propõe audiência pública com o ministro dos Transportes, Alderico Lima

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deverá analisar amanhã, após a Ordem do Dia, requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) para que seja realizada audiência pública com o ministro dos Transportes, Alderico Jefferson da Silva Lima, para tratar das "péssimas condições em que se encontram as rodovias federais no país".

Outro requerimento que deverá ser votado é

o do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) propondo realização de audiência pública com representantes das empresas de transpor-



Mauro Miranda é autor do requerimento que propõe debate sobre os problemas das rodovias federais

te aéreo Meta, Penta, Rico, Tavaj e Taba. O objetivo é instruir o projeto que trata do adicional tarifário para linhas aéreas regionais

Maguito Vilela (PMDB-GO), que veda a implantação do horário de verão em Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

suplementadas.

Na pauta de 11 itens da CI, também está incluído o exame da indicação de Dilma Seli Pena Pereira para exercer o cargo de diretora da Agência Nacional de Águas (ANA), na vaga de

Lauro Sérgio de Figueiredo. Outra matéria que deverá ser analisada é o parecer do relator Mauro Miranda, favorável ao projeto do senador

Mauro quer agilizar repasse de recursos

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu providências ao presidente da República e ao Ministério da Fazenda para que sejam repassados os recursos necessários à conservação e restauração das estradas brasileiras. "Confesso que não consigo esconder minha preocupação em relação à devida aplicação dessas dotações para o fim a que se destinam. Vale esclarecer que as fontes para a execução desses trabalhos são da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), vinculadas à restauração de estradas", afirmou.

Mauro Miranda lembrou de reunião da Comissão Mista Orçamento em que estiveram presentes os ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e da Fazenda, Pedro Malan, para prestar esclarecimentos sobre o contingenciamento do

orçamento para 2002.

— Durante a reunião da comissão, o eminente deputado Eliseu Rezende manifestou a mesma preocupação quando encaminhou consulta aos ministros presentes alegando que saímos de uma conta-petróleo, a PPE, de R\$ 4 bilhões, para uma de Cide de quase R\$ 7,5 bilhões, e que gostaria de saber qual o destino que se pretende dar aos recursos arrecadados e não aplicados. O mesmo pergunto eu, porque existem indícios de que os repasses não estão sendo corretamente realizados por algum motivo — recordou.

Segundo o senador, comenta-se abertamente que o saldo dessas receitas pode até servir para suprir outras rubricas, contrariando preceito constitucional. Ele disse que, segundo levantamento feito com base nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para

o exercício financeiro de 2002, o total autorizado de recursos da Cide para atender a toda a área de transporte e meio ambiente foi da ordem de R\$ 7,3 bilhões. O empenhado não chegou a R\$ 124 milhões, os empenhos liquidados não atingiram R\$ 85 milhões e os valores pagos correspondem a R\$ 76,2 milhões.

O parlamentar lembrou ainda que o ministro da Fazenda alegou que mesmo utilizando recursos vinculados, eles permanecerão na conta única do Tesouro Nacional com registro específico e poderão ser gastos em exercícios futuros para cobrir as mesmas despesas. "Mesmo que seja verdade, a preocupação fundamental não é diretamente essa, e, sim, saber os motivos pelos quais os repasses não estão sendo devidamente efetuados no ritmo em que deveriam", observou.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

15h — Comparcimento do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para prestar esclarecimentos sobre as medidas protecionistas norte-americanas no setor siderúrgico, seus efeitos na economia brasileira e no comércio exterior, e as medidas que serão adotadas pelo governo brasileiro.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 5/02, institui gratificação por execução de mandados para a carreira de analista judiciário, oficiais de Justiça, área judiciária, especialidade execução de mandados do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos territórios; PDL nº 6/02, dispõe sobre as eleições gerais de 2002; entre outras matérias.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 12/00 e 14/01), altera o caput e os parágrafos 4º, 6º, 11, e 7º, e acresce o parágrafo 8º ao artigo 57 da Constituição federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 32/01, altera o inciso II do art. 37 da Constituição federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; entre outras matérias.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

11h30 — Comissão de Educação

14h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.218/01, que dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal.

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes ao Congresso Nacional)

15h — Comissão mista destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do presidente Juscelino Kubitschek, que transcorrerá em 12 de setembro de 2002.

17h — CPI das ONGs

17h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CPI das ONGs vai ouvir presidente de laboratório

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) reúne-se amanhã, às 17h, para ouvir depoimento de Andreas Strakus, presidente do laboratório Novartis do Brasil.

Na reunião anterior da CPI, a presidente do Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer (NapaCan), Graça Marques, negou no seu depoimento ligação com a Novartis para forçar o registro do medicamento Glivec pelo Ministério da Saúde, mas admitiu que a empresa, a exemplo de outros laboratórios farmacêuticos, é patrocinadora da ONG, contribuindo com uma cota anual de R\$ 50 mil.

Na ocasião, estava também prevista a tomada do depoimento do presidente da Novartis do Brasil, Andreas Strakus, que alegou não ser a pessoa mais adequada a prestar os esclarecimentos e não compareceu à comissão, indicando como substituto o diretor administrativo da empresa, Nelson Mussolini. A comissão, no entanto, não tomou esse depoimento porque o requerimento aprovado previa a participação de Strakus, que foi reconvocato para comparecer pelo presidente da CPI, Mazarildo Cavalcanti (PFL-RR).

CAS discute proposta com Daniele Hypólito

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ouve em audiência pública nesta quarta-feira, às 10h, a ginasta Daniele Hypólito, que conquistou a medalha de ouro nos exercícios na trave, na primeira etapa da Copa do Mundo, em Cottbus, Alemanha. O objetivo é discutir o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica. O requerimento para que a ginasta olímpica compareça à CAS é de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

Além de Daniele, debaterão o assunto os professores Jorge Steinhilber, presidente do Conselho Federal de Educação Física; José Luiz Falcão, da Universidade Federal de Santa Catarina; Lino Castelene, presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, da Unicamp; Rosane Gonçalves, chefe da divisão de cultura da Universidade Estadual do Paraná; e Mária Gidali, diretora do Balet Estágio/São Paulo.

Governo deve retirar urgência do projeto que reforma a CLT

Proposta estabelece que as condições de trabalho ajustadas em negociação coletiva prevalecem sobre a legislação ordinária, desde que respeitados direitos assegurados pela Constituição federal

O projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dando poderes para que patrões e empregados negociem a sua aplicação, está na pauta do Plenário, em regime de urgência, para votação amanhã. O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), entretanto, informou que deve ser lida nesse mesmo dia mensagem do Executivo retirando a urgência. O objetivo da retirada é garantir o apoio da oposição na Câmara dos Deputados à aprovação da CPMF. Com a medida, o projeto sai de pauta e volta a ser discutido nas comissões permanentes da Casa.

Ao enviar o projeto ao Congresso, o governo argumentou que, no ambiente democrático do país, o diálogo social, no qual se insere essa negociação coletiva, é de valor fundamental. A mensagem do Executivo também afirma que, aprovado o projeto, os próprios

trabalhadores decidirão, de comum acordo e livremente, se a lei deverá ou não prevalecer sobre seus acordos.

Na mesma sessão, os senadores deliberarão sobre projeto de decreto legislativo que suspende a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de estabelecer que as alianças partidárias para as eleições presidenciais e estaduais deste ano só serão possíveis se estiverem vinculadas entre si. Se aprovada, a proposta, de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), seguirá para apreciação da Câmara dos Deputados.

O Senado vota também projeto de lei definindo a responsabilidade de pelo transporte escolar na rede



Deve ser votada esta semana PEC de Valadares que cria fundo para o São Francisco

pública de ensino. Pelo texto, caberá ao estado assumir o transporte dos alunos da rede estadual, enquanto os municípios serão responsáveis pela condução dos alunos da rede municipal.

Ainda esta semana, o Senado

deve votar proposta de emenda à Constituição do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que institui um fundo para a revitalização do Rio São Francisco. Está prevista a votação de três propostas destinadas a reduzir o recesso parlamentar. As propostas são iniciativas do então senador Jader Barbalho e dos senadores Paulo Hartung (PSB-ES) e Maguito Vilela (PMDB-GO).

Osmar sugere corte de custos em vez da flexibilização

O senador Osmar Dias (PDT-PR) sugeriu ao governo que, em vez de cortar direitos dos trabalhadores, como pretende com o projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), corte custos dos encargos sociais, que chegam a tomar 62% da folha de pagamento. A redução desses encargos, disse o senador, garantiria o crescimento na oferta de empregos.

Ele se disse favorável à modernização da legislação trabalhista,



Para Osmar Dias, projeto do governo ameaça direitos como férias e 13º salário

lembrando ter apresentado projetos nesse sentido, inclusive uma proposta de emenda constitucional, já aprovada, que aumentou em 11% os índices de emprego no campo ao definir prazo para trabalhadores rurais recla-

marem direitos trabalhistas na Justiça. Antes esse prazo era indefinido. Mas se manifestou contrário a projetos que retirem direitos dos trabalhadores. O senador ressaltou que o projeto em exame ameaça direitos como fé-

rias, 13º salário e licenças paternidade e maternidade.

Ele citou dados publicados na *Folha de S. Paulo* indicando que 55% dos trabalhadores brasileiros não têm carteira assinada, 81% não têm plano de saúde e 7% recebem menos de R\$ 90 por mês. Além disso, 11% da população economicamente ativa encontra-se desempregada. Para o senador, essa situação, aliada a uma flexibilização das leis trabalhistas, deixaria os trabalhadores, já desesperados por emprego, em desvantagem para negociar.

— É temerário, pois o país não tem um padrão de sindicatos fortes e só uma minoria é sindicalizada — frisou.

Armínio explica desempenho do setor monetário

O presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, comparece amanhã às 14h30 ao Congresso Nacional para explicar como foram cumpridas as metas das políticas monetária, creditícia e cambial no ano passado, atendendo a determinação da Lei de Responsabilidade Fis-

cal. De acordo com a lei, o presidente do BC deve apresentar ao Legislativo, duas vezes por ano, o impacto e o custo fiscal das operações do BC e os resultados alcançados.

A reunião foi convocada pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Carlos Bezer-

ra (PMDB-MT), e será realizada conjuntamente com as Comissões de Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos do Senado, e as Comissões de Finanças e Tributação; Economia, Indústria e Comércio; e Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

CCJ vota capital estrangeiro na comunicação

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a participação de capital estrangeiro em empresas jornalísticas, de rádio e de televisão pode ser votada nesta quarta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Recentemente, a CCJ realizou audiência pública para discutir o assunto. A possibilidade de ingresso de capitais estrangeiros em empresas de comunicação dividiu opiniões. De um lado, empresários do setor acenaram com novos investimentos e empregos. De outro, representantes de trabalhadores e do meio universitário questionaram a falta de um órgão regulador para o setor.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações (Abratel), Roberto Wagner Monteiro, a aprovação da proposta permitirá a capitalização das empresas do setor e as ajudará a enfrentar os desafios da implantação de novas tecnologias, como a televisão digital. “Manter o mercado engessado pode colocar em risco aquilo que se quer preservar”, observou Monteiro.

A demora na criação do Conselho Nacional de Comunicação, previsto na Constituição de 1988, foi apontada pelo professor Murilo César Ramos, da Universidade de Brasília, como um dos motivos para se encerrar com cautela a eventual aprovação da PEC. E, mais do que um conselho, insistiu, deveria ser criado um órgão regulador para investigar a aplicação de dispositivos da proposta, como o que reserva a brasileiros o controle do conteúdo transmitido pelos meios de comunicação.

Entre outros itens, a pauta da CCJ também prevê a votação da PEC que revoga a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de obrigar a verticalização das coligações na eleições deste ano.



A Comissão Mista de Segurança Pública aprovou propostas destinadas a reforçar o combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro. Os parlamentares também acolheram restrições à progressão de pena e à concessão de liberdade condicional para autores de crimes hediondos.

Comissão aumenta pena para crime organizado

A participação em organização criminosa terá punição maior, caso seja aprovado na Câmara e no Senado projeto do deputado Magno Malta (PL-ES), relator de um dos grupos de trabalho da Comissão Mista de Segurança Pública. O projeto aprovado pela comissão na quarta-feira impõe penas de cinco a dez anos de prisão para quem se associar com pelo menos mais duas pessoas, formando grupo estruturado e com divisão de tarefas para cometer crimes como tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas, seqüestro, delitos financeiros e contra a administração pública.

Atualmente, esses crimes, quando cometidos por organização criminosa, são enquadrados como formação de quadrilha ou bando, e punidos com penas que variam de um a três anos de prisão. O projeto estabelece uma série de normas para facilitar a investigação e a punição dos delitos cometidos por organizações criminosas. O in-



Comissão Mista de Segurança Pública acolheu proposta do deputado Magno Malta para combater com mais rigor as organizações criminosas

tegrante do grupo que colaborar com a polícia e a Justiça, por exemplo, poderá ter a pena reduzida em até dois terços.

O texto determina ainda regras que dificultam o contato entre o condenado e seus comparsas. Magno Malta também propõe a regulamentação das infiltrações de agentes policiais nas organizações criminosas.

Outra novidade é a instituição da chamada ação controlada,

que consiste em retardar a intervenção policial sobre ação criminosa, para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas ou do fornecimento de informações.

Amanhã, a partir das 17h, a comissão volta a se reunir, para terminar a votação do relatório sobre o crime organizado. Também está prevista a votação da Lei Orgânica Unificada das Polícias.

Condicional em crime hediondo ficará mais difícil

A Comissão Mista de Segurança aprovou na quarta-feira, com emendas, relatório do deputado Marcos Rolim (PT-RS) que promove mudanças no sistema penitenciário e na Lei de Execução Penal. De acordo com o texto aprovado, os autores de crimes hediondos não mais poderão se beneficiar do dispositivo do Código Penal que lhes permite gozar da liberdade condicional após terem cumprido dois terços da pena (66,6%).

Pela modificação aprovada, as pessoas condenadas por crimes hediondos somente poderão pleitear a progressão da pena (para cumpri-la em regime semi-aberto, por exemplo) após terem cumprido 2/3 da pena; e a liberdade condicional, somente após terem cumprido 4/5 da pena, ou 80%.

Assim, uma pessoa condenada a 30 anos de reclusão por crime hediondo poderá pleitear progressão após ter cumprido 20 anos (2/3

da pena; e aos 24 anos de cumprimento da pena (4/5), poderá solicitar o livramento condicional, desde que tenha tido bom comportamento nos últimos dois anos antes do pleito. O relator-geral da comissão, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), que vinha defendendo o endurecimento da legislação para os crimes mais graves, mostrou-se satisfeito com a solução encontrada.

A partir de argumentos desenvolvidos pelo deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), os integrantes da comissão concordaram que seria temeroso deixar todas as portas fechadas para a progressão e o livramento condicional do preso por crime hediondo. Sem ter mais o que perder, restaria a esse presidiário – argumentou o parlamentar – entrar para o crime organizado e participar intensivamente das rebeliões nos presídios. Entendeu-se que, para o melhor

funcionamento do sistema prisional, é vital deixar para todos os detentos uma centelha de esperança pela qual possam lutar.

REMISSÃO DA PENA

Ficou também decidido que o preso não deixará de se beneficiar de remissão da pena, quando lhe for negado trabalho pela direção do presídio. A nova legislação que está sendo proposta considera o trabalho e/ou o estudo deveres do preso, estabelecendo que o presidiário que não estudar ou não trabalhar comete falta grave.

Também foi aprovado na reunião de quarta-feira o estabelecimento de amostragem de revista para os visitantes dos presidiários, de um em cada 20, a exemplo do que ocorre nas alfândegas e aeroportos. Entretanto, o visitante sorteado que se negar a passar pela revista perderá o direito de visitar o presídio por 90 dias.

Nova legislação vai reforçar combate à lavagem de dinheiro

Os parlamentares da Comissão Mista de Segurança Pública também aprovaram por unanimidade o relatório do deputado Magno Malta que estabelece novas leis para coibir o crime de lavagem de dinheiro. Uma das principais alterações na legislação é a inclusão dos crimes de terrorismo e seu financiamento e de tráfico de órgãos ou pessoas no rol dos que antecedem a lavagem de dinheiro.

Outra mudança estabelece que o Banco Central (BC) deverá montar e manter um sistema central de cadastro de correntistas, clientes e de seus procuradores de todas as instituições financeiras em funcionamento no país. Dessa forma, argumenta o relator, os suspeitos de envolvimento em lavagem de dinheiro seriam facilmente monitorados. Caso não organize o registro geral

no prazo de 180 dias após a publicação da lei, o BC poderá ser acusado de crime de responsabilidade.

O grupo de trabalho que cuidou desse assunto também tratou de alterar a lei para municiar o órgão do Executivo responsável pela fiscalização dessas operações de maior autonomia e agilidade. Uma das sugestões é que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), ligado ao Ministério da Fazenda, possa ter acesso a todas as informações financeiras necessárias para o acompanhamento de alguma atividade/pessoa suspeita de lavagem de dinheiro. O Coaf não poderá, no entanto, divulgar nenhuma dessas informações. Se considerar importante, o órgão terá autonomia para requerer diretamente ao Judiciário a quebra de sigilo bancário e fiscal de suspeitos.

Estado terá mecanismos para agir com eficácia, prevê relator

As instituições públicas envolvidas no combate ao crime organizado têm de empreender esforço gigantesco, neste momento, para se reciclar e passar à frente do crime organizado, de modo a poder combatê-lo com eficácia. Esse é o entendimento do relator da Comissão



Moroni Torgan diz que Estado precisa se reciclar

Mista de Segurança Pública, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), para quem o resultado final dos trabalhos da comissão trará contribuições para esse combate.

Para o deputado, o crime organizado tem assumido grandes proporções. A cada dia, explica, as organizações criminosas estão se reciclando, aprimorando técnicas de atuação, estrutura e ramificações. Cabe ao Estado também reciclar-se de forma efetiva e modernizar os mecanismos de combate ao crime, entre eles o aparato legal, completou.

Torgan citou, como bom exem-

plo do aprimoramento legislativo que se faz na Comissão de Segurança, a elevação da pena para os mandatários e chefes do narcotráfico e do crime organizado em geral, que poderá ir até 15 anos de prisão. “Estamos trabalhando muito na tipificação e no aumento das penas para os delitos graves”, afirmou.

De acordo com o relator, a Comissão de Segurança, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), está concentrando seus esforços na definição de meios para facilitar os trabalhos da polícia e da Justiça na identificação dos chefes das organizações criminosas. É por isso, observou, que vem sendo sugerida a redução da pena em até dois terços para os condenados que se dispuserem a colaborar com as autoridades. Em contrapartida, os que prestarem falsa colaboração serão punidos de forma dura, assegurou.



O presidente da Comissão Mista, senador Iris Rezende, explica que, embora não estejam visitando estados para colher sugestões, os parlamentares têm realizado reuniões, debates e estudos com autoridades em segurança pública

Parlamentares estão ouvindo todos os setores, afirma Iris

O presidente da Comissão Mista de Segurança Pública, senador Iris Rezende (PMDB-GO), esclareceu que os membros do colegiado, apesar de não estarem recolhendo *in loco* as sugestões dos diversos setores ligados à questão da segurança nos estados, têm realizado reuniões, debates e estudos com autoridades no assunto.

— Essa foi uma deliberação da comissão, em função do escasso tempo que teríamos para trabalhar (o relatório final deve ser apresentado no dia 16 de abril) e também do imenso material de diagnóstico já existente. Também ficou definido que as sugestões formais seriam encaminhadas por

escrito para a comissão. Isso não quer dizer que os deputados e senadores não estejam ouvindo e recolhendo as recomendações e discutindo sugestões, e eles têm liberdade para conversar com as pessoas que quiserem — enfatizou Iris.

A explicação seguiu-se a duas reclamações apresentadas pelos deputados Wilson Santos (PSDB-MT) e Alberto Fraga (PMDB-DF). O primeiro pediu que a comissão visitasse seu estado para ouvir as corporações de segurança locais. Já Fraga disse estar preocupado com informações que teria recebido de que o relator geral, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), estaria privilegiando a Polícia Civil



Segundo Iris Rezende, deputados e senadores que integram a comissão "estão ouvindo e recolhendo recomendações e discutindo sugestões"

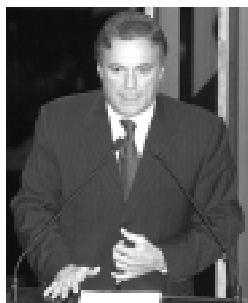
em detrimento da Polícia Militar.

— Isso não é verdade. Tenho uma reunião marcada com membros da Polícia Civil às 14h de terça-feira, que foi agendada na presença de um policial militar.

Se for do interesse da Polícia Militar, podemos fazer uma reunião na sequência, às 15h, para debater o mesmo assunto: a unificação das corporações — afirmou Moroni Torgan.

Álvaro Dias encaminha sugestões da CPI do Futebol

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) anunciou na quarta-feira estar encaminhando à Comissão Mista de Segurança Pública documento com as principais sugestões recolhidas pela CPI do Futebol para conter a violência no país. São recomendações de combate à violência nos estádios de futebol, com sugestões de medidas preventivas contra provocação de tumulto, conduta inconveniente, porte de arma de fogo, porte ilegal de arma branca e outras infrações.



Roosevelt Pinheiro

Álvaro Dias: "Onde o governo afrouxa, o banditismo folga"

O parlamentar considerou de grande irresponsabilidade o que se verifica na administração dos estádios e do futebol brasileiro. Ele disse que freqüentemente o público que comparece a jogos é submetido a riscos. Como exemplo, alertou que na quarta-feira a seleção brasileira jogaria em Fortaleza, num estádio que se encontrava em obras, com um enorme volume de material de construção "à disposição da violência".

Observando que a criminalidade cresce de forma assustadora no país, Álvaro afirmou que a popula-

ção brasileira não pode esperar que a solução definitiva do problema surja dos trabalhos da Comissão Mista de Segurança. Em sua opinião, as causas do crescimento da criminalidade vão da falta de oportunidade para uma vida digna, situação enfrentada por milhares de brasileiros, até a ineficiência do poder público no combate à violência.

Ele não acredita que apenas uma reforma legislativa possa conter o crescimento da criminalidade, mas reconheceu que o Congresso estava devendo à sociedade uma ação objetiva para ajudar o país a enfrentar o problema. De acordo com o senador, não há interação entre os entes da Federação para enfrentar a violência. E mais grave ainda, no seu entender, é a falta de autoridade governamental.

— Onde o governo afrouxa, o banditismo folga. Isso é notório. Nos estados onde a autoridade pública se impõe com rigor, há uma redução expressiva dos índices de criminalidade — afirmou Álvaro.

Projeto permite afastamento cautelar de agressor doméstico

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá votar, em sua próxima reunião, projeto de lei da Câmara que prevê a possibilidade de o juiz, em caso de violência doméstica, determinar ao agressor o seu afastamento do lar ou local de convivência com a vítima, como medida cautelar, antes da conciliação ou do julgamento.

O projeto altera a lei que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. O texto poderá ser votado em regime de urgência pelo Plenário, após sua aprovação pela CCJ, se for atendido o pedido que a autora, deputada Nair Xavier Lobo (PMDB-GO), levará ao presidente do Senado, Ramez Tebet, no próximo dia 10, com apoio da bancada feminina no Congresso.

Em seu parecer, o relator da matéria na CCJ, senador Iris Rezende (PMDB-GO), afirmou que a proposta é muito relevante e meritória, "pois visa proteger a integridade física ou a vida do cônjuge ou companheiro ou coabitante, ameaçada pela possibilidade de continuação dos atos de violência antes do julgamento, situação potencialmente perigosa e injusta".

Nair Xavier Lobo pretendia que

fossem definidas na lei a prisão em flagrante do agressor e a inafiançabilidade do delito, como forma de proteção imediata da vítima agredida. Mas o Plenário da Câmara modificou o texto original, para estabelecer que a autoridade judiciária poderá determinar ao agente de crime caracterizado por violência doméstica que se afaste do lar ou do local de convivência com a vítima.

Na justificativa do projeto, a autora afirma que a violência praticada no âmbito familiar é uma situação que tem causado bastante preocupação e revolta na sociedade. Diz também que "a covardia do ato e a dificuldade de defesa das vítimas tornam esse tipo de violência um delito de extrema gravidade", e que cabe ao Estado tomar as providências para prevenir e reprimir esses abusos, propiciando a proteção da família prevista na Constituição de 1988.

A deputada sustenta ainda que a ausência de prisão em flagrante e a afiançabilidade permitem que os agressores retornem ao convívio doméstico e dêem continuidade aos atos de violência praticados contra seus entes familiares — em geral, esposas e filhos indefesos.



Roosevelt Pinheiro

Quintanilha pede que projeto não seja apreciado em regime de urgência

Quintanilha quer mais debate sobre transporte escolar

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) apelou aos senadores, na quarta-feira, para que o projeto de lei da Câmara que restringe aos estados e municípios a responsabilidade pelo fornecimento de transporte para os alunos que residem na área rural não seja discutido em regime de urgência, conforme foi proposto.

— Precisamos de tempo para discutir alternativas que atendam aos reclamos nacionais — entende Quintanilha.

De acordo com o senador, os governadores Siqueira Campos, do Tocantins, e Marconi Perillo, de Goiás, já manifestaram sua preocupação tanto no que se refere à exclusão da participação da União no programa quanto em relação ao regime de urgência requerido para tramitação da matéria. Entre prefeitos e governadores de outros estados a preocupação é a mesma, assegurou.

De autoria do deputado Nelson Marchezan, já falecido, o projeto modifica a lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e segundo o autor da proposta tem o objetivo de "assegurar a igualdade de oportunidade no acesso ao sistema escolar".

Quintanilha admite que a educação tem melhorado muito no Brasil, inclusive trazendo ganhos para os jovens que moram no campo, que passaram a receber ensino qualificado, diferentemente do que acontecia há dez anos. Ele destacou a importância do programa que permite, por meio de esforço conjugado de estados, municípios e União, favorecer os estudantes das áreas rurais. Com o programa, eles são levados para escolas nas cidades e assim têm ampliadas suas chances em um mercado de trabalho competitivo, ressaltou.

— Gostaria que fosse apresentado um projeto que melhorasse as condições das estradas por onde muitos desses alunos passam para chegar às escolas, e não que a União ficasse fora do esforço — afirmou.

Santos pede ação do governo para estimular crescimento

Senador lembra que o país já alcançou a estabilidade de preços, devendo, agora, trabalhar para crescer e diminuir a desigualdade social

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) reivindicou ações governamentais que garantam o crescimento sustentado da economia. Ele lembrou que o país já alcançou a estabilidade de preços, devendo, agora, trabalhar para crescer e diminuir a desigualdade social.

Na avaliação de Ricardo Santos, o Brasil não pode se contentar com taxas médias de crescimento de 2,5% anuais. Como forma de garantir o desenvolvimento sustentado, ele defendeu a continuidade da melhoria das contas públicas; o aumento da poupança interna; a redução da dependência de recursos externos; a implementação de reforma tributária ampla; a melhoria continuada de qualificação dos recursos humanos e dos padrões tecnológicos da produção nacional; a construção de uma rede social eficaz e a redução duradoura



Para Ricardo Santos, o Brasil não pode se contentar com taxas médias de crescimento de 2,5% anuais

da taxa de juros interna.

Ricardo Santos disse que a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de baixar a taxa básica para 18,5% é alvissareira, mas ainda é pouco. Ele reconheceu que alguns componentes da taxa não dependem do governo, tais como taxa de juros externos e o *spread* cobrado em função do risco Brasil. Influem ainda na composição dos juros as

expectativas sobre inflação e desvalorização cambial.

O senador lembrou, no entanto, que a taxa básica é substancialmente menor do que as taxas praticadas na ponta, para o tomador final – os empresários e os consumidores. Entre os fatores que conspiram para inflar os juros finais estão o excesso de tributos incidentes nas operações financeiras, o nível de inadimplência nas operações de crédito, os custos administrati-

vos dos bancos e a falta de transparência do mercado financeiro, que inibe a competição entre os bancos.

A redução dos juros, ressaltou Santos, é fundamental para alavancar o crescimento, trazendo geração de empregos e melhorando a distribuição de renda. Ele destacou a importância da queda de juros para a dívida da União, dos estados e dos municípios.

Sartori cobra aprovação rápida da CPMF

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) lamentou que a Câmara dos Deputados ainda não tenha aprovado a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ele salientou que a administração pública não pode arcar com o prejuízo de R\$ 80 milhões por dia, e apelou para que os deputados deixem de lado os interesses político-partidários e cumpram o papel para o qual foram designados quando eleitos.

Sartori afirmou que em viagem pelo interior de Rondônia pôde constatar que vários prefeitos estão inconformados com o fato de a CPMF ainda não ter sido aprovada.

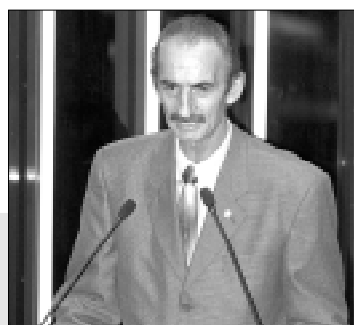
– Em todos os 12 municípios por onde passei ouvi a mesma reclamação, a mesma cobrança – disse o senador.

A aprovação da CPMF seria urgente porque, segundo Sartori, Rondônia é um estado que dispõe de poucos recursos e que, “sem a ajuda do governo do presidente Fernando Henrique, poderia se encontrar numa situação caótica”.

RESERVAS

Chico Sartori também questionou a vigência da MP 2.166, que limita a exploração de área para plantio na Amazônia por força da preservação ambiental. O senador lamentou que o estado de Rondônia, cuja vocação maior é a produção de soja, seja um dos mais atingidos pela medida, que limita em 28% a área para plantio em cada propriedade.

– Na realidade, segundo os cálculos dos produtores, a área aproveitável não chega a 6% –



Sartori diz que a administração pública não pode arcar com prejuízo de R\$ 80 milhões por dia

ênfatazou.

O senador reclamou uma nova discussão no Congresso sobre a medida, que os agricultores rondonienses querem ver revogada, segundo afirmou. A limitação estabelecida pela MP, disse ele, é um empecilho para o desenvolvimento econômico do estado.

Lauro Campos quer ampliar prazo do seguro-desemprego

O senador Lauro Campos (PDT-DF) quer ampliar a concessão de seguro-desemprego para um período de até dez meses. Atualmente, esse período varia de três a cinco meses.

O parlamentar apresentou ao Senado projeto de lei que altera o prazo de concessão do benefício. A matéria aguarda apresentação de emendas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para depois ser distribuída a um relator, e tramita em caráter terminativo, de forma que só será submetida ao Plenário do Senado se houver recurso nesse sentido.

O projeto altera o artigo 4º da Lei 7.998/90, permitindo que o seguro seja concedido ao desempregado por um prazo máximo de dez meses, de forma contínua ou alternada, a cada período de 24 meses.

Na justificativa da proposta, Lauro Campos cita pesquisa que atesta o crescimento do desemprego entre a população economicamente ativa (PEA), que saltou de 14,2% para 17,6%, entre 1995 e 2000, na região metropolitana de São Paulo. Em janeiro de 2002, destacou, esse índice estava em 17,9% da PEA.

O representante do Distrito Federal no Senado assinalou que, como consequência esperada



Lauro: “Projeto adapta benefício ao mercado de trabalho”

desse comportamento do nível de emprego, o tempo médio que o desempregado brasileiro leva para conseguir uma nova vaga no mercado de trabalho saltou de 25 semanas, em 1994, para 48 semanas em

2000 e 2001, na região metropolitana de São Paulo. A demora é ainda maior em Salvador, onde o desempregado leva 60 semanas para conseguir outra função, e no Distrito Federal, onde o período de espera chegou a 50 semanas no ano passado.

Lauro Campos argumenta que o seguro-desemprego, “praticamente o único alento que o Estado garante ao trabalhador desempregado, cobre no máximo 20 semanas de desemprego”.

Ao mesmo tempo, resalta o parlamentar, os recursos destinados a financiar o benefício, “oriundos da arrecadação para o PIS-Pasep e alocados no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), financiam despesas outras que o seguro, muitas vezes beneficiando apenas os donos do capital, ou seja, grandes empresas”. Para o senador, seu projeto “adapta o benefício às reais condições do mercado de trabalho”.

Vai à Câmara projeto que simplifica processo trabalhista

Foi distribuído a duas comissões técnicas da Câmara dos Deputados – a do Trabalho, Administração e Serviço Público e a de Constituição e Justiça e de Redação – projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para tornar mais rápidas as decisões de primeira instância da Justiça trabalhista.

Com o objetivo de desburocratizar os processos, Alcântara pretende tornar obrigatório o instrumento de procuração por escrito somente perante os tribunais regionais do Trabalho. O

projeto prevê que o advogado deverá expressar sua condição de procurador verbalmente.

De acordo com o texto, modificado por emendas do relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), “a constituição de procurador com poderes para o foro geral poderá ser efetivada mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada”.

Ao analisar o projeto, Osmar Dias observou que esse procedimento simples reduz a burocracia e está de acordo com “a oralidade que deve presidir os procedimentos jurisdicionais trabalhistas”.

TV Senado recebe prêmio em São Paulo

A TV Senado recebeu na noite de terça-feira, no Teatro Municipal de São Paulo, o prêmio Melhores de 2001 na categoria utilidade pública em televisão. Concedido pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), o prêmio

foi distribuído entre 70 profissionais que se destacaram em 2001 em dez categorias artísticas. Cerca de 50 críticos que trabalham em jornais e revistas de São Paulo foram os responsáveis pela escolha dos premiados.

Com 30 anos de existência, a APCA tem sua origem em associações voltadas exclusivamente para o teatro. A criação da associação, em 1972, marca a valorização dos setores de artes visuais, cinema, literatura, música popular e televisão.

Comissão discute subsídios com senadores franceses

A ajuda concedida aos produtores rurais europeus foi questionada pelos parlamentares brasileiros que participaram do debate, entre outros, com o senador Philippe Marini, da França. Ele admitiu ser o tema causador de “legítima impaciência”

Em debate promovido pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), o relator-geral da Comissão de Finanças do Senado da França, Philippe Marini, afirmou que existe “muito boa vontade” por parte dos negociadores da União Européia para discutir com o Mercosul os subsídios agrícolas europeus. Os subsídios vêm sendo incluídos por produtores rurais brasileiros entre os principais obstáculos ao aumento das exportações.

— Compreendemos que esse é um tema que pode causar legítima impaciência, e dificuldades como a que atingem agora a Argentina nos sensibilizam. Mas deve-se dar o ritmo necessário à evolução das negociações — afirmou Marini.

Ex-ministro da Agricultura, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) disse que gostaria de ver os agricultores brasileiros com o mesmo entusiasmo dos franceses e deixou-se das barreiras impostas aos produtores que desejam exportar



Senadores franceses ouviram de membros da Comissão do Mercosul questionamentos sobre as barreiras impostas pela Europa aos produtos agrícolas brasileiros

café solúvel e óleo de soja, no lugar de café e soja em grãos.

Porto quis saber quanto é destinado anualmente aos subsídios agrícolas. Os franceses responderam que os subsídios são concedidos pela União Européia e se comprometeram a enviar os números precisos ao senador. Eles recordaram ainda que a atual política agrícola do Velho Continente está sendo reavaliada durante o processo de integração de novos países à União Européia.

As dificuldades impostas aos produtores brasileiros pelos sub-

sídios europeus também foram ressaltadas pelo deputado Vicente Caropreso (PSDB-SC), que perguntou qual era a opinião dos colegas franceses a respeito da atuação do agricultor Joseph Bové, que no ano passado destruiu uma plantação de soja transgênica no Rio Grande do Sul.

O presidente da comissão, Alain Lambert, disse que Bové preside um sindicato agrícola minoritário e utiliza como métodos de atuação a provocação. “Na tentativa de atrair atenção da mídia, ele atua com quase perfeição”, observou.



Fotos: Jane de Araújo

Requião alerta para risco de crise argentina chegar ao Brasil

A crise na Argentina e seus eventuais reflexos sobre o Brasil também foram tema da reunião na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Ao expor a atual situação dos parceiros do Mercosul, o senador Roberto Requião reconheceu a posição mais confortável do Brasil neste momento, mas advertiu para a situação de vulnerabilidade externa que atinge os dois países, principalmente em função do crescimento

de suas dívidas interna e externa.

— Só um tolo poderia acreditar que o Brasil não sofre com a crise argentina. As economias dos dois países estão definitivamente interligadas — disse Requião. Na sua opinião, ou o Brasil revê sua política econômica ou correrá o risco de seguir o mesmo caminho do país vizinho.

Embora reconhecendo que a atual situação brasileira “não é catastrófica”, o deputado Inácio Arruda

(PCdoB-CE) observou que o Brasil não tem condições de se isolar da crise no país vizinho. Ele perguntou aos colegas franceses o que pensavam do grau de intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) nas economias do Mercosul. “O FMI nem sempre reage da mesma maneira”, respondeu Marini. “Foi indulgente recentemente com a Rússia e agora foi bastante severo com a Argentina”, respondeu ele.

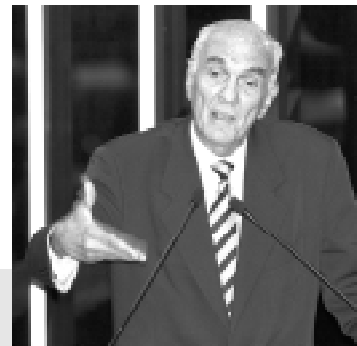
Comissão do Mercosul volta a debater referendo sobre Alca

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reúne-se amanhã, às 17h30, para examinar adendo ao relatório da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) ao projeto de decreto legislativo do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) que convoca plebiscito sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), pelo prazo de 20 anos.

Em relatório favorável ao projeto, Emilia diminuiu o prazo de 20 para 15 anos, e no adendo ela substituirá o instituto do plebiscito (consulta popular prévia) pela realização de referendo (consul-



Célio Azevedo



Rosevelt Pinheiro

Emilia Fernandes é favorável a projeto de Roberto Saturnino para que seja realizada consulta popular sobre adiamento do ingresso do Brasil na Alca

ta popular posterior).

A pauta inclui ainda discussão dos relatórios do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) sobre texto do Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente no âmbito do Mer-

cosul, e do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que estabelece atribuições ao Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) sobre amparo ao pequeno produtor e regras de financiamento.

Alcântara critica proposta de Bush para Protocolo de Kyoto

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) criticou a “alternativa flexível” apresentada pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Protocolo de Kyoto, que estabeleceu para os países desenvolvidos corte médio de 5,2% nas emissões de gases de efeito estufa, a ser executado até 2012. A proposta de Bush, explicou, consiste em reduzir a intensidade das emissões dos gases em cerca de 18%, fixando uma diminuição dessas descargas de 183 para 151 toneladas para cada milhão de dólares do Produto Interno Bruto.

Segundo o parlamentar cearense, como estima-se que a economia americana crescerá aproximadamente 30% até 2012, não haveria redução real das emissões, mas unicamente desaceleração nas emissões — o que nem exigiria maiores esforços, diante da expectativa de que o crescimento econômico venha a se concentrar no setor de serviços, e não no industrial.

— Esperamos que os Estados Unidos possam rever sua posição na política ambiental, com a consciência de que os danos à atmosfera acabarão por prejudicar a economia e a qualidade norteamericana e de todo o planeta.

O senador citou artigo do economista Paul Krugman no jornal *The New York Times*, segundo o qual o governo americano oferece “uma ilusão de ambientalismo, anunciando políticas que soam impressionantes, mas são quase

sem conteúdo”. Alcântara observou ainda que, de acordo com Krugman, “a indiferença dos EUA em relação ao destino do planeta seria bem impopular se fosse percebida de maneira mais geral”.

O boicote americano ao Protocolo de Kyoto, informou o parlamentar, criou impasse no âmbito da Convenção sobre Mudança Climática, pois os Estados Unidos respondem por cerca de 25% de toda a emissão de gases do planeta.

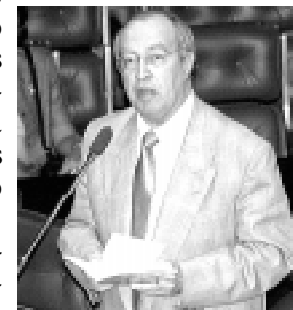
BRASIL

Lúcio Alcântara parabenizou o governo federal por ratificar o Protocolo de Kyoto, conforme anunciou o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg.

Diante de atitudes como essa, afir-

mou, é possível até que o número de ratificações exigido para que o protocolo entre em vigor — 55 países que em seu conjunto representem pelo menos 55% das emissões — seja completado até setembro, quando se realizará a Conferência Rio+10, em Joanesburgo, na África do Sul.

— É preciso que os outros países em desenvolvimento apresentem procedimentos tomados para o cumprimento das metas da Convenção sobre Mudança Climática. Fazemos votos para que países industrializados e em desenvolvimento, fraternalmente, conjuguem seus esforços para evitar o agravamento das condições climáticas, numa demonstração de apreço à natureza e de irmandade e entendimento entre os povos — finalizou o senador.



Rosevelt Pinheiro

Lúcio Alcântara espera que os EUA revejam sua posição e assinem o protocolo

Tião Viana cobra medidas contra endemia de dengue

Para o senador, a doença somente será vencida se a União, estados e municípios entenderem que o combate à enfermidade deve ser de todos

O senador Tião Viana (PT-AC) considerou a endemia de dengue uma “derrota da sociedade brasileira”. Para ele, a doença somente poderá ser vencida se a União, estados e municípios entenderem que a responsabilidade do combate à enfermidade é de todos.

Em discurso, Tião Viana afirmou que as autoridades travam um “debate pequeno” ao se limitarem a discutir de quem é a culpa pela endemia. Para o parlamentar, o crescimento da doença somente será detido se enfrentado “com a devida seriedade, o investimento e a pactuação” entre as autoridades.

O representante acreano no Senado lamentou que a União tenha reduzido em R\$ 869 milhões o orçamento deste ano para o controle das endemias, se comparado ao do ano passado. Ele informou ainda que o orçamento traz reduções de R\$ 1,2 bilhão na verba para saneamento básico e que o Ministério da Saúde está ameaçado de ter recursos diminuídos.

— Espero que as autoridades não tratem como determinismo



Viana: autoridades travam “debate pequeno” ao discutirem de quem é a culpa pelo aumento dos casos

histórico o aumento da epidemia e da mortalidade — afirmou Viana, lembrando que, se por um lado, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) tem técnicos de altíssima qualidade, por outro, o Executivo não cumpre suas obrigações.

O senador leu artigo do professor Pedro Luiz Tauil, da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília (UnB), que apresenta respostas para o ressurgimento da dengue, 60 anos depois de banida. Ele lembra que o Brasil e

mais 17 países das Américas eliminaram o *Aedes aegypti* de seus territórios nas décadas de 50 e 60.

O país foi reinfestado pelo mosquito em 1976, e a doença encontrou facilidade para se proliferar na água acumulada em embalagens descartáveis. O professor sublinha que mais de 4 mil municípios já detectaram a presença do mosquito. Para ele, a dengue já pode ser considerada uma endemia no Brasil, porque ocorre todos os anos e não apenas esporadicamente.

O artigo lembra as duas grandes epidemias de dengue hemorrágica na América Latina — em Cuba, em 1981, e na Venezuela, em 1991 —, controladas com “o estabelecimento de um plano de atendimento médico-hospitalar bem definido e organizado”.

Para o professor, o controle da doença “pode ser alcançado por meio de um plano de atendimento médico-hospitalar, com pessoal treinado, disponibilidade de leitos e insumos, para diagnóstico e conduta adequada em função da gravidade dos casos”.

Não há combate efetivo à doença, afirma Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) manifestou preocupação quanto à falta de combate efetivo ao aumento dos casos de dengue em todo o país. Para ele, é inadmissível que a saúde dos brasileiros continue em risco pela “incapacidade do Ministério da Saúde” de adotar as medidas de prevenção e controle da enfermidade. Mozarildo afirmou que as providências a serem tomadas já são conhecidas por todos e que falta vontade política para sua adoção.

— Não posso entender que o Ministério Público e as entidades médicas do país não tomem medidas para punir os responsáveis pela doença. Eles estão aí, inclusive no comando do Ministério da Saúde



Para Mozarildo, responsáveis devem ser punidos

e até pleiteando comandar o país — afirmou.

Mozarildo afirmou que a negligência do governo com a dengue não derivou da falta de alertas. Em 1998, disse, o Brasil viveu a mais séria epidemia de dengue até a atual, com 560 mil casos. Ele lembrou que, no início de 2000, apresentou requerimentos ao Plenário e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para que o então ministro da Saúde, José Serra, explicasse o agravamento dos índices de incidência e mortalidade da dengue e de outras doenças.

O senador também lembrou que o ex-ministro da Saúde Adib Jatene elaborou projeto contra a dengue, o Plano de Erradicação

do Mosquito *Aedes aegypti*, aprovado pelo presidente da República e lançado em 1996. O plano previa gastos de R\$ 4,5 bilhões ao longo de três anos, em educação comunitária, combate químico e saneamento. No entanto, disse, o plano não teve continuidade.

— Foi exatamente durante a epidemia de 1998 que assumiu o Ministério da Saúde o senador José Serra, anunciando como seu objetivo imediato o combate ao mosquito transmissor da moléstia. Comparando o desafio a que se propunha com uma “guerra”, prometeu que nela triunfariam as “forças da saúde”. É irônico constatar que, quatro anos decorridos, no momento em que ele retorna a esta Casa para se dedicar a sua campanha à Presidência da República, o país vive uma nova epidemia, que se anuncia ainda mais insidiosa do que aquela — disse.

Para Fogaça, decisão do TSE tem “cunho autoritário”

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de liberar o partido que não tiver candidato a presidente da República, ou não fizer coligação nacional, para realizar alianças nos estados contradiz resolução anterior e tem o caráter “de imprimir cunho autoritário e dita-



Fogaça: TSE dá aos partidos poder de impor a vontade das cúpulas

torial às cúpulas partidárias”. A avaliação é do senador José Fogaça (PPS-RS), para quem a primeira decisão, de vincular as coligações estaduais à federal, estava baseada no princípio de que os partidos têm caráter nacional. Já a segunda, disse, retira qualquer caráter nacional aos partidos: basta não ter candidato ou se coligar para as eleições presidenciais e poder “ter as mais estapafúrdias e contraditórias coligações em cada um dos 27 estados brasileiros”.

Fogaça acredita que, ao invés

de assegurar unidade e coerência aos partidos, a decisão do TSE objetiva “dar às cúpulas nacionais sediadas em Brasília o poder de impor a sua vontade sobre os estados”.

— O efeito da decisão é que, quando as cúpulas determinam, os estados têm que se ajoelhar, mas quando as cúpulas liberam, a mixórdia pode se estabelecer — avaliou. No seu ponto de vista, com a decisão o TSE não questiona a natureza das coligações e seu resultado é a centralização ao máximo do poder.

O senador José Fogaça fez questão de enfatizar também que falava com a autoridade de integrante de um partido que decidiu fazer coligação nacional antes de o tribunal determinar a regra.

Luiz Otávio: projeto que libera alianças pode ser inconstitucional

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) manifestou dúvidas sobre a necessidade de o Senado ainda votar o projeto de decreto legislativo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) suspendendo a aplicação, nas eleições de 6 de outubro, da decisão do TSE que torna obrigatória a verticalização



Luiz Otávio teme disputa entre Legislativo e Judiciário

das alianças partidárias. Para ele, a última decisão do tribunal, que liberou os partidos sem candidato à presidente da República e que não integrem coligações nacionais para que realizem nos estados alianças distintas da nacional, pode pôr em questão a constitucionalidade do projeto.

Temendo disputa entre os poderes Legislativo e Judiciário, Luiz Otávio pediu prudência aos senadores para resolver o impasse. Ele também destacou a importância para o país, já que serão escolhidos o presidente da República, dois senadores em cada unidade

da Federação e deputados federais e estaduais, além de governadores.

Em aparte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu as decisões do TSE. Ele afirmou que o tribunal não criou ou alterou nenhuma regra, mas esclareceu procedimentos

que a lei em vigor exige que sejam cumpridos. Geraldo Melo também discordou da pressa com que está tramitando o projeto de Renan Calheiros, “sem que tenha havido uma discussão aprofundada”.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) destacou que a legislação da eleição passada é a mesma que está regendo o processo eleitoral deste ano. Para ele, “se o TSE está sendo responsável ao regulamentar a verticalização da forma que fez, irresponsável terá sido na eleição passada”. Na sua avaliação, o tribunal extrapolou sua competência e legislou à revelia do Senado.